



do Estatuto da Pessoa com Deficiência

(Lei Brasileira de Inclusão – LBI)

Os Impactos no Mundo Jurídico



Local: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam (St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 9 - Asa Sul, Brasília - DF, 70200-003. Prédio do Conselho da Justiça Federal / CJF)

Modalidade: Híbrida (online via Zoom e presencial na Enfam)

PROGRAMAÇÃO

10 de outubro de 2025, sexta-feira

10h	Mesa de Abertura <ul style="list-style-type: none">Ministro Mauro Campbell – Ministro do STJ e Corregedor Nacional de JustiçaMinistro Sérgio Luiz Kukina – Presidente do Comitê Gestor de Acessibilidade e Inclusão no STJMinistro Benedito Gonçalves – Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de MagistradosConselheiro Pablo Coutinho Barreto – Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial (online)
10h10 às 12h	Palestra Magna – Os Impactos no Mundo Jurídico após o Decreto 6.949/2009 que promulgou a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei n. 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência <ul style="list-style-type: none">Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (TRT-PR)
12h às 14h	Almoço
14h às 16h	Impacto do Conceito Social da Deficiência na Concessão de Benefícios <ul style="list-style-type: none">Moderadora – Dra. Maria Paula Cassone Rossi – Juíza auxiliar na Presidência do STJDra. Liliane Cristina Gonçalves BernardesDra. Katia Hermínia Martins Lazarano Roncada (TRF3)
16h às 16h15	Intervalo
16h15 às 18h	Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência <ul style="list-style-type: none">Moderador: Ministro Sérgio Kukina – Presidente do Comitê Gestor de Acessibilidade e Inclusão o STJDra. Joyceane Bezerra de MenezesDra. Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (TJBA)
18h	Encerramento e Agradecimentos Finais <ul style="list-style-type: none">Ministro Sérgio KukinaMinistro Reynaldo da Fonseca

Currículos

Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1985); especialização em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (1986); mestrado em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (1995); e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2005). Colaborador junto à delegação brasileira para a redação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, no grupo de trabalho ad hoc da Assembleia Geral, de 8 a 28 de agosto de 2006, em Nova Iorque. Membro do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial e coordenador da elaboração do Protocolo de Julgamento sob a Perspectiva dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Dra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes

Doutora e mestre em Bioética pela Universidade de Brasília. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e especialização em Bioética pela Universidade de Brasília (2007). Atuou como coordenadora de Acessibilidade, coordenadora-geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, coordenadora-geral de Relações Interinstitucionais e atualmente atua como diretora de Gestão e Relações Interinstitucionais, na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Dra. Katia Hermínia Martins Lazarano Roncada

Juíza federal da Seção Judiciária de São Paulo – TRF3. Atuou como juíza auxiliar na Presidência do CNJ durante a gestão de 2023 a 2025, tendo sido a coordenadora executiva da elaboração da Política dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial.

Dra. Joyceane Bezerra de Menezes

Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Mestrado em Direito Constitucional (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (1995). Graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (1990). Pós-doutorado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Pós-doutorado pela Universidade Mediterranea Regio Callabria - IT (2021). Exerce o magistério superior como professora titular da Universidade de Fortaleza, integrando o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, responsável pelas disciplinas de Direito de Personalidade e Direito dos Danos. É professora titular da Universidade Federal do Ceará - Faculdade de Direito (Departamento de Direito Privado), ministrando as disciplinas de Direito de Família e Direito das Sucessões. Desenvolve projetos de pesquisa e publicações na área de Direito Civil, com ênfase na análise de questões existenciais correlacionadas à pessoa com deficiência, à tutela da personalidade e à família.

Dra. Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer – TJBA

Juíza no TJBA, doutora em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), mestra em Poder Judiciário na Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro (desde 2010). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1998). Possui pós-graduação lato sensu em Direito Penal e Processual Penal pela Unesa (2004); em Direito, Justiça e Cidadania pela Faculdade Maurício de Nassau (2007); e em Direito do Estado, pela Faculdade Baiana de Direito (2009). Foi juíza titular das comarcas de Santa Inês, Medeiros Neto, Senhor do Bonfim e Salvador, para onde foi promovida por merecimento em 2007. Entre 2008 e fevereiro de 2010, foi designada para auxiliar a Presidência do TJBA, quando assumiu a AEP III (Assessoria Especial da Presidência III) para coordenar os projetos especiais, como os Núcleos de Conciliação de 1º e 2º Graus, Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ), Balcões de Justiça e Cidadania e Juizados informais de Conciliação.